



DIÁLOGOS SETORIAIS
UNIÃO EUROPEIA
BRASIL

RESULTADOS DO PROJETO

**APOIO AOS DIÁLOGOS SETORIAIS
UNIÃO EUROPEIA – BRASIL**

2008 | 2016



ACESSE AS NOSSAS REDES SOCIAIS



FICHA TÉCNICA

Título “Resultados do Projeto | Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil 2008-2016”

Financiado por **União Europeia**

Implementado por **CESO Development Consultants/FIIAPP/INA/CEPS**

Redação **José Mouta e Magda Rodrigues**

Data de edição **Fevereiro 2017**

Os conteúdos e opiniões expressos nesta publicação são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não podem, em caso algum, ser tomados como expressão das posições do Governo Brasileiro e da União Europeia.

INTRODUÇÃO

O Projeto “Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia (UE)-Brasil” surgiu em 2007, no contexto da Cúpula UE-Brasil, quando as duas partes decidiram elevar o seu relacionamento ao patamar de Parceria Estratégica, com o objetivo de contribuir para o progresso e aprofundamento das relações bilaterais, abordando questões de interesse mútuo, enquadradas em diferentes Diálogos Setoriais.

Entende-se por Diálogo Setorial a troca de informações, experiências e melhores práticas de natureza técnica, política ou ambas, em temas de interesse comum e que ocorram regularmente em diferentes níveis hierárquicos.

O presente documento apresenta um balanço geral dos oito anos de execução do Projeto, entre 2008 e 2016, e dá a conhecer os principais resultados e casos de sucesso resultantes do apoio a diversos Diálogos Setoriais.

Esta panorâmica baseou-se essencialmente na informação disponibilizada pela Direção Nacional do Projeto (DNP), complementada por pesquisas junto dos Parceiros Institucionais Brasileiros que executaram ações apoiadas pelo Projeto e por entrevistas individuais com grande número desses parceiros, com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com a Delegação da UE no Brasil (DELBRA).

Seguida de uma nota introdutória sobre o contexto da Parceria Estratégica e sobre os objetivos e metodologia do Projeto, a exposição de resultados é organizada em quatro grandes domínios temáticos: Políticas Regionais e Urbanas, Questões Ambientais, Questões Económicas e Governança Pública e Direitos Humanos e Sociais.

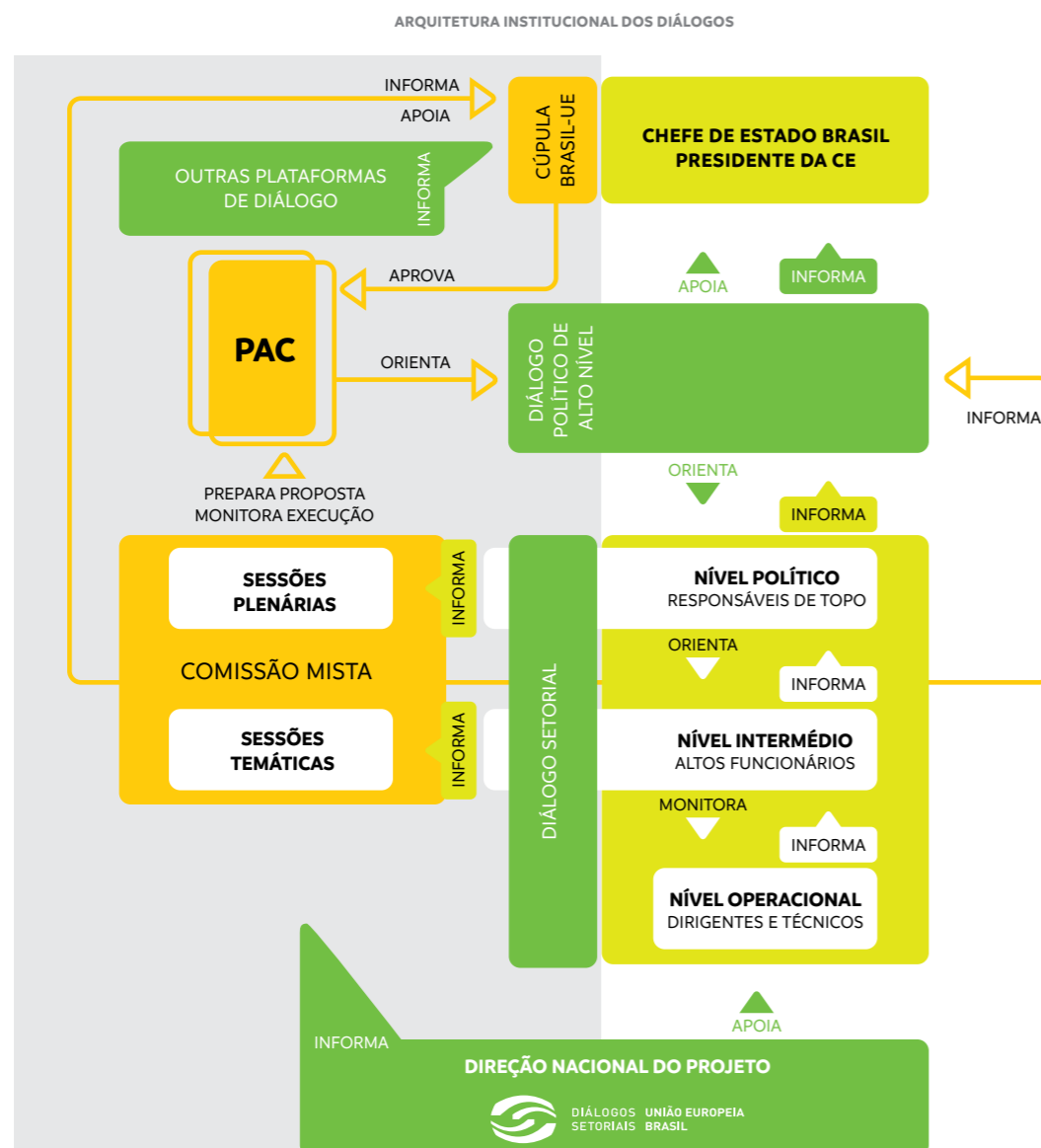
A PARCERIA ESTRATÉGICA UNIÃO EUROPEIA - BRASIL

A evolução das relações UE-Brasil durante as últimas décadas foi caracterizada por um crescente dinamismo, que conduziu a um alargamento importante dos temas considerados de interesse comum no quadro da relação bilateral, bem como à introdução de temáticas que extravasam os limites bilaterais e passam a englobar questões de espectro regional e global.

Esse processo, iniciado em 1960, culminou com a realização, em Lisboa, em 4 de julho de 2007, da primeira reunião de Cúpula UE-Brasil em nível de Chefes de Estado e de Governo, na qual as Partes decidiram estabelecer uma **Parceria Estratégica**, visando consolidar os resultados já alcançados, **aproximar as suas posições face aos grandes desafios globais** e **ampliar oportunidades de intercâmbio e cooperação em questões de interesse mútuo**.

Os Diálogos Setoriais são estruturados de acordo com orientações estabelecidas conjuntamente no âmbito das Cúpulas UE-Brasil e consignadas em Planos de Ação Conjunta (PAC), que definem as grandes questões de interesse comum e, dentro de cada uma delas, os setores e temas a serem abordados prioritariamente.

A arquitetura global dos Diálogos Setoriais no domínio da Parceria Estratégica envolve um elevado número de parceiros e interações de diversas naturezas, ocorrendo em vários níveis de responsabilidade, e tem-se tornado progressivamente mais intrincada à medida que o número de diálogos aumenta e que se tornam mais técnicos e especializados.



O PROJETO DE APOIO AOS DIÁLOGOS SETORIAIS UNIÃO EUROPEIA – BRASIL

O Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil começou a ser preparado ainda em 2006, em paralelo com os trabalhos prévios para o lançamento da Parceria Estratégica, como resposta à necessidade de criar um mecanismo financeiro para promover e apoiar o desenvolvimento de Diálogos Setoriais. **O Projeto visa, assim, a contribuir para o progresso e aprofundamento da Parceria Estratégica UE-Brasil, estimulando o desenvolvimento de Diálogos Setoriais, por meio de ações que facilitem e apoiem os intercâmbios e a cooperação entre os parceiros brasileiros e europeus.**

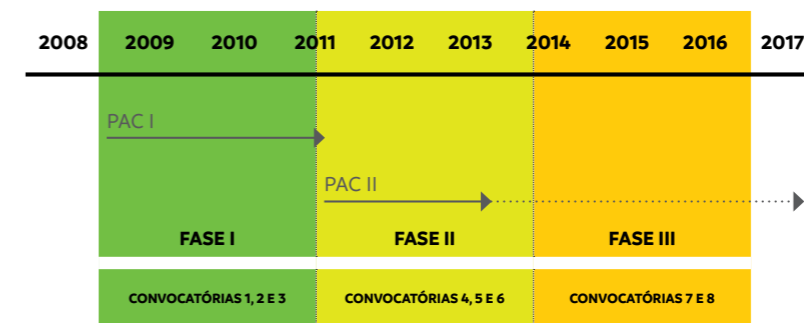
As ações de intercâmbio e cooperação vão desde a simples troca de informações, experiências e boas práticas ao desenvolvimento de ações conjuntas. Essas ações são decididas e coordenadas entre os dirigentes dos parceiros institucionais e executadas pelos seus serviços técnicos e operacionais competentes. Sempre que possível, devem envolver, ainda, outras entidades nos setores e temas abordados (instituições e agências públicas e privadas, organizações representativas da sociedade civil, do setor empresarial e de grupos socioprofissionais), como forma de aproximar os diálogos setoriais dos problemas reais que afetam a vida dos cidadãos e das empresas, por um lado, e, por outro, de alimentar o diálogo político com novas ideias e propostas.

As atividades suscetíveis de apoio enquadram-se em quatro categorias:

- Elaboração de **estudos comparativos e assistências técnicas especializadas**;
- Realização de **missões técnicas** e outros intercâmbios de curta ou média duração;
- Organização e participação em **eventos**;
- Produção de **publicações** de estudos e outros documentos relevantes preparados no âmbito dos Diálogos.

O lançamento oficial do Projeto ocorreu no dia 1º de outubro de 2008 e a sua execução teve início no mês seguinte, pouco antes da adoção do primeiro PAC (PAC I) na II reunião de Cúpula UE-Brasil.

Ao longo de oito anos, o projeto manteve-se ininterruptamente ativo, com execução dinamizada essencialmente pelas demandas dos Parceiros Institucionais, em resposta a convocatórias para a apresentação de candidaturas, lançadas periodicamente em formato de edital.



O Projeto foi coordenado conjuntamente pelos seguintes parceiros:

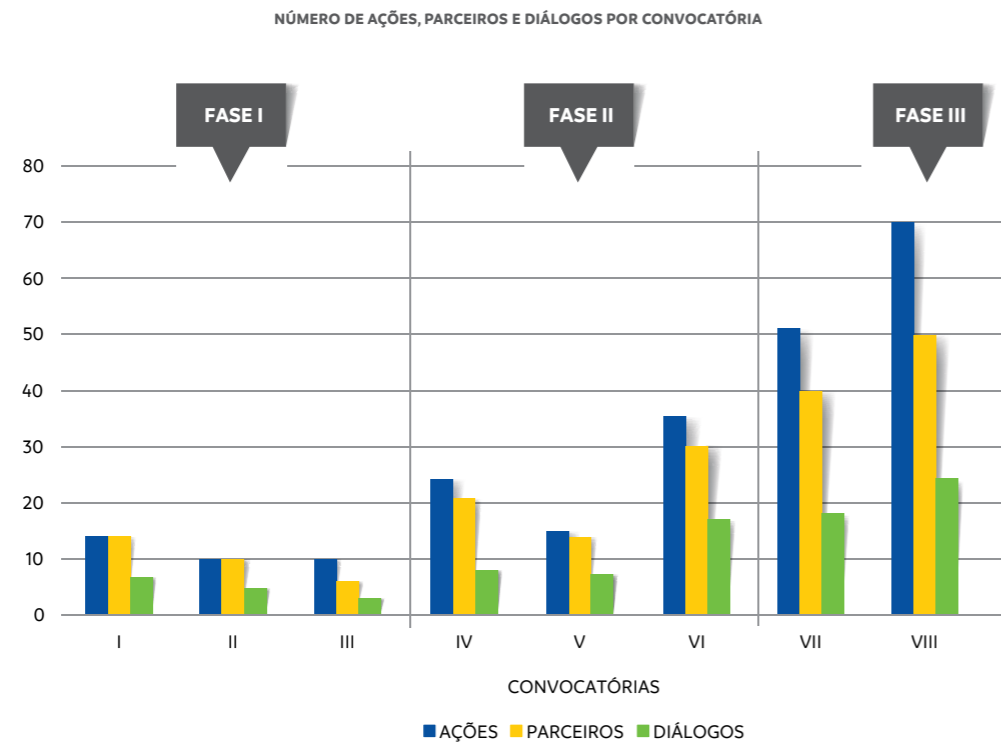
- O **Ministério das Relações Exteriores**, por meio do Departamento Europa (DEU/MRE) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e a Seção de Desenvolvimento e Cooperação da **Delegação da União Europeia no Brasil** (DELBRA), respectivamente representantes designados pelo Governo Federal do Brasil e pela União Europeia, assegurando conjuntamente a coordenação geral e supervisão da execução global do Projeto.

- A **Direção Nacional do Projeto** (DNP) integrada na Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MPDG), assegurando, em articulação com a DELBRA, a gestão corrente do Projeto e a execução das ações específicas de apoio aos diálogos setoriais.

O PROJETO EM NÚMEROS

Entre 2008 e 2016, foram apoiadas um total de **228** ações de diálogo, envolvendo **68** Parceiros Institucionais (**41** brasileiros e **27** europeus) no âmbito de **30** diálogos setoriais diferentes.

Ao longo desses oito anos, divididos em **3** fases de execução do Projeto, foram lançadas **8** convocatórias para apresentação de Propostas de Ação dirigidas aos Parceiros Institucionais Brasileiros e Europeus.



Se forem consideradas a primeira e última convocatória, o número de ações apoiadas aumentou em **cinco vezes** (de 14 para 70) e o número de parceiros envolvidos e de diálogos cobertos **quase quadruplicou** (de 14 para 50 e 7 para 24, respectivamente).

O Projeto contou com cofinanciamento europeu e brasileiro, que assegurou a execução das ações de diálogo por ele apoiadas e os custos inerentes à estrutura responsável pela execução do Projeto.

MONTANTES TOTAIS DO FINANCIAMENTO PREVISTO POR FASE

	FASE I	FASE II	FASE III	TOTAL
UNIÃO EUROPEIA	2,0	4,1	5,5	11,6
BRASIL	1,1	2,2	2,0	5,3
TOTAL	3,1	6,3	7,5	16,9

U: MILHÕES DE EUROS

No total, o Projeto apoiou...



+180
missões

de intercâmbio Brasil-UE e UE-Brasil



+200
eventos

(seminários, oficinas, workshops etc.)



+8.000
dias de trabalho

de consultores brasileiros e europeus (363 homens-mês)

Os Parceiros Institucionais envolvidos destacaram a importância do Projeto para...

realização de intercâmbios de informação e boas práticas **82%**

identificação e promoção de novos projetos de cooperação UE-Brasil **59%**

estabelecimento de novas áreas de cooperação bilateral **52%**

aproximações ou compatibilizações legais/regulamentares **39%**

integração em grupos de trabalho internacionais **32%**

RESULTADOS | EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS

POLÍTICAS REGIONAIS E URBANAS



O Brasil e a UE enfrentam desafios semelhantes, embora de diferentes dimensões, em matéria de disparidades e desequilíbrios no desenvolvimento socioeconômico entre Estados/Países e entre unidades territoriais a várias escalas geográficas. Nesse sentido, ambos buscam desenvolver e aperfeiçoar políticas de desenvolvimento regional capazes de promover um crescimento econômico e social mais equilibrado, integrado e inclusivo dos respectivos territórios, com maior equidade no acesso das populações a oportunidades de valorização pessoal e profissional.

O PAC I (2008-2011) definiu cinco áreas prioritárias de diálogo nesta temática, revalidadas pelo PAC II (2012-2016):

- (I) coesão territorial, governança e parcerias em múltiplos, níveis envolvendo atores regionais e locais, o sector privado e a sociedade civil;
- (II) planejamento estratégico e estratégias de desenvolvimento territorial voltadas para a redução de disparidades sociais e regionais;
- (III) desenvolvimento da capacidade administrativa, da coordenação e comunicação interinstitucionais, e da capacidade em monitoria e avaliação;
- (IV) cooperação entre regiões, incluindo a cooperação transfronteiriça;
- (V) consolidação de políticas regionais, incluindo a possível realização de projetos-piloto em áreas-chave da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e da Política Regional Europeia.

DIÁLOGOS SETORIAIS

COOPERAÇÃO ESPACIAL CIVIL
MOBILIDADE URBANA
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

PARCEIROS INSTITUCIONAIS | BRASIL

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE)
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC)
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI)
MINISTÉRIO DAS CIDADES (MCID)

PARCEIROS INSTITUCIONAIS | UE

CENTRO COMUM DE INVESTIGAÇÃO (JRC)
DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA REGIONAL E URBANA (DG REGIO)
DIREÇÃO-GERAL DO MERCADO INTERNO, INDÚSTRIA, EMPREENDEDORISMO E PME (DG GROWTH)
DIREÇÃO-GERAL DOS TRANSPORTES E MOBILIDADE (DG MOVE)
GOVERNOS E AGÊNCIAS DOS ESTADOS-MEMBROS

CONCEITUALIZAÇÃO E GOVERNANÇA DA POLÍTICA REGIONAL

Nas suas primeiras etapas, o Projeto teve uma contribuição importante para o reforço do intercâmbio entre o Brasil e a UE em torno das questões do desenvolvimento e integração regionais, promovendo uma maior proximidade das partes, ampliando as redes de parceiros e canais de diálogo, uniformizando conceitos e gerando consensos importantes e inovadores em áreas temáticas, que no caso do Brasil foram relevantes para a revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Nesse âmbito destaca-se o apoio do Projeto na viabilização de participação do Ministério da Integração Nacional (MI) em duas edições do evento "Open Days - Semana Europeia das Regiões e Cidades", principal fórum de debate sobre as políticas de coesão e integração regional da UE, que constitui uma importante plataforma de diálogo e articulação de especialistas, além da realização de Oficinas de Planejamento para avaliação da execução da Agenda de Cooperação 2009-2011 e detalhamento dos temas da Agenda 2012-2015.

PROGRAMAÇÃO, GESTÃO E CONTROLE DA POLÍTICA REGIONAL

A necessidade de abordar o desenvolvimento regional em múltiplas escalas territoriais, por meio de parcerias com as autoridades regionais e locais, a sociedade civil e o setor privado, torna particularmente complexos e exigentes os mecanismos de programação, gestão e controle das políticas e programas regionais. Este tema foi objeto de várias intervenções específicas apoiadas pelo projeto, que envolveram, além do MI, diversas outras instituições nacionais relevantes, designadamente Ministério do Planejamento (MP), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Tribunal de Contas da União (TCU), Contraladoria Geral da União (CGU) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Do diálogo conjunto resultaram subsídios importantes para a melhoria dos sistemas de programação, gestão e controle de política regional, integrados na proposta de PNDR II, e um clima de confiança e colaboração entre as entidades brasileiras que se ocupam da coordenação e gestão da política, bem como da sua fiscalização e controle. Essa cooperação redundou, em 2012, na assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o MI, o MP, o MDS, a CGU-PR (regional Paraná) e o TCU, e que tomou forma por meio do desenvolvimento de um projeto-piloto para testar a aplicabilidade da metodologia de auditoria única (*single audit*), usada pela UE e seus Estados-Membros no controle dos Fundos de Estruturais e de Coesão à realidade brasileira.



POLÍTICAS REGIONAIS EM ÁREAS DE FRONTEIRA

O desenvolvimento das regiões fronteiriças apresenta algumas especificidades dentro do tema geral do desenvolvimento regional, tanto por razões de soberania e segurança nacionais, como pelas oportunidades que decorrem da circulação transfronteiriça de pessoas, bens e serviços e da partilha de infraestruturas, que podem impulsionar a melhoria das condições de vida das populações dos dois lados da fronteira.

Além de contribuir para o reforço do intercâmbio UE-Brasil sobre políticas regionais em áreas de fronteira, tema em que a UE tem uma vasta experiência, as ações nessa área deram contribuições significativas para a definição de uma estratégia de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira brasileira, para a discussão do modelo de gestão, monitoramento e avaliação do "Plano Brasil Fronteiras", para a capacitação dos gestores regionais e para o reforço da articulação entre as três instâncias de Governo (União, Estados e municípios) e destas com a sociedade civil.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

O conceito de Arranjo Produtivo Local (APL) ou "cluster" empresarial tem sido largamente utilizado no âmbito das políticas de desenvolvimento regional como um instrumento eficaz para promover a valorização do potencial produtivo endógeno das regiões por meio da melhoria da competitividade e inovação.

As ações promovidas contribuíram para uma melhor definição das linhas de ação do MI e do MDIC para a dinamização de regiões desfavorecidas estimulando a pesquisa sobre as melhores formas de apoiar os APLs enquanto instrumentos de desenvolvimento regional, e para a promoção da cooperação empresarial entre clusters da UE e do Brasil.

Já em 2015, o MI em cooperação com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco (SECTI/PE), em parceria com a DG REGIO e o JRC, por meio do Instituto de Pesquisas de Prospetiva Tecnológica (IPTS), desenvolveram as bases para o lançamento e implementação de um projeto piloto de "Sistema Regional de Inovação" (SRI) no Estado de Pernambuco; conceito que está sendo amplamente discutido e aplicado na UE, que destaca o envolvimento e as suas interdependências como fator potencial de geração da capacidade de inovação endógena.



PLANEJAMENTO E GESTÃO METROPOLITANOS

As cidades são polos fundamentais para a estruturação e ordenamento do território, irradiando a sua influência às regiões em que se integram e determinando, muitas vezes, os seus modelos e ritmos de desenvolvimento. Por outro lado, as áreas urbanas são também atualmente os lugares onde os problemas sociais se tornam mais agudos, motivo pelo qual as políticas urbanas são elementos essenciais de qualquer política regional.

A participação no Projeto reforçou os canais de diálogo e cooperação técnica entre o MI e os parceiros nacionais e europeus, na área de ordenamento territorial, cidades médias e policentrismo, e gerou subsídios conceituais e metodológicos importantes para rever o Estatuto da Metrôpole de 2004, completar o Marco Legal da Política Metropolitana Nacional e apoiar a elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) das regiões metropolitanas brasileiras.

Foi também produzido um estudo sobre Financiamento e Subsídio na Habitação Social (em 2014), com o duplo objetivo de analisar os fatores determinantes para a provisão de habitação social e de avaliar a eficácia e equidade das políticas e programas. Esse estudo, editado e publicado em inglês, foi apresentado em seminários internacionais em Londres (com o apoio da organização Cities Alliance e do centro de pesquisa LSE Cities) e no México, debruçando-se sobre experiências de programas de habitação social europeus e brasileiros como o "Minha Casa, Minha Vida".

Outra iniciativa desenvolvida em 2015-2016 com foco no conceito de cidades sustentáveis, possibilitou uma reflexão crítica conjunta sobre os desafios impostos pela obrigatoriedade da implementação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 da ONU, por meio da definição dos indicadores e meios de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para as políticas de desenvolvimento urbano, nacionais e locais.

Promoveu-se assim a primeira aproximação para a realização de uma análise do impacto que novas agendas globais de desenvolvimento sustentável irão trazer para as políticas nacionais de desenvolvimento urbano e para a atuação dos governos nacionais e na relação com os governos locais.

Esse diálogo ajudou também o MCID e o IBGE a pautar a sua participação no processo de negociação dos indicadores para os ODS, e da Nova Agenda Urbana para a Conferência Habitat III, além de promover reflexões sobre a produção da informação necessária para o acompanhamento desses indicadores.

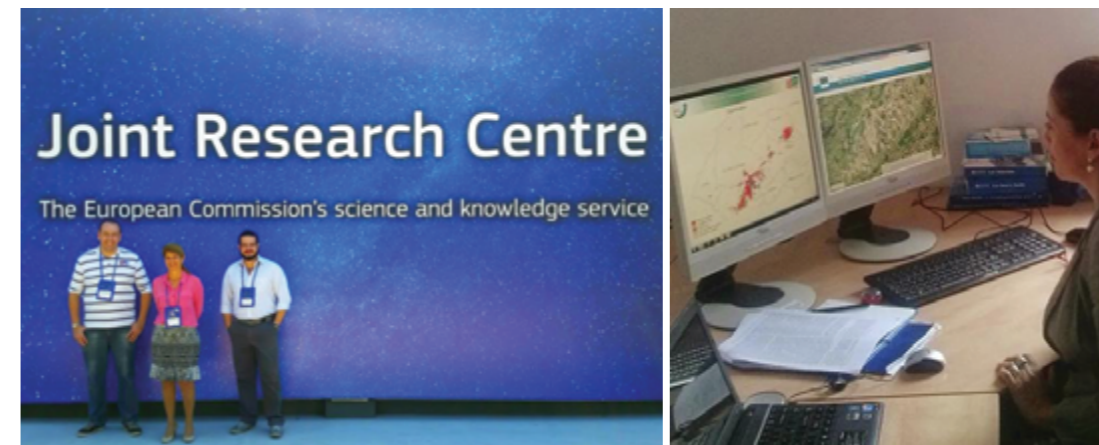


MAPEAMENTO DE ASSENTAMENTOS URBANOS

A parceria JRC-INPE, a partir do intercâmbio de pesquisadores das duas instituições, possibilitou a associação de imagens de alta resolução espacial do Brasil ao Global Human Settlement Layer (GHSL) - ferramenta europeia que mapeia as áreas construídas em todo o mundo através de imagens de satélite.

Essa cooperação proporcionou resultados efetivos na automatização do processo de mapeamento dos assentamentos populacionais do território brasileiro, que constituiu uma ferramenta valiosa tanto para a gestão da ocupação do espaço urbano como para a prevenção de desastres naturais.

Dados os resultados bastante promissores, INPE e JRC continuam a cooperação e estão atualmente preparando uma rodada de processamento de imagens mais recentes do território brasileiro para a elaboração de um mapa ainda mais preciso e atualizado das áreas construídas.



RESULTADOS | EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS

QUESTÕES AMBIENTAIS

Ao longo das últimas décadas, a humanidade tem adquirido uma consciência crescente de que os modelos de produção e consumo adotados desde a revolução industrial, em particular durante o século XX, embora tenham possibilitado um crescimento sem precedentes da riqueza e bem-estar das populações em escala mundial, provocaram também enormes danos aos sistemas naturais que suportam a vida no planeta.

A procura de novos modelos de produção e de consumo mais sustentáveis, que permitam compatibilizar as necessidades humanas com a capacidade de regeneração do planeta, num quadro de escassez progressiva dos recursos não renováveis que estiveram na base do processo de desenvolvimento pós-Revolução Industrial, é hoje uma condição de sobrevivência que exige a contribuição de todos.

A busca por soluções consensuais para esse desafio tem sido conduzida no âmbito das Nações Unidas, e tanto o Brasil como a UE têm assumido um papel relevante na discussão internacional sobre os grandes temas ambientais, como o combate para enfrentar o aquecimento global, mitigar os efeitos das mudanças climáticas e preservar a biodiversidade em escala mundial, pelo que ambas as partes são coassinatárias da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) e da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Os PAC I e II, reconhecendo o papel do Brasil e da UE como parceiros chave para uma resposta internacional efetiva aos desafios ambientais globais, em particular em matéria de mudança climática, desertificação, biodiversidade e florestas, preconizavam uma abordagem integrada ao desenvolvimento sustentável, com base nos acordos firmados no âmbito das Nações Unidas. Nesse quadro geral, propuseram um conjunto de áreas temáticas prioritárias para o diálogo e cooperação UE-Brasil no âmbito da Parceria Estratégica, a saber:

- O fortalecimento da governança internacional ambiental;
- A conservação e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;
- A preservação da biodiversidade e o uso sustentável, com benefícios partilhados, dos recursos genéticos;
- O controle e a regulação de produtos químicos e resíduos perigosos;
- A redução da emissão de gases com efeitos de estufa.

DIÁLOGOS SETORIAIS

CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIMENSÃO AMBIENTAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ENERGIA NUCLEAR
MUDANÇA CLIMÁTICA
POLÍTICA ENERGÉTICA
REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRE

PARCEIROS INSTITUCIONAIS | BRASIL

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA)
CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN)
COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN)
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA)
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT)
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE)
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC)
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)

PARCEIROS INSTITUCIONAIS | UE

AGÊNCIA EUROPEIA DE SEGURANÇA MARÍTIMA (EMSA)
CENTRO COMUM DE INVESTIGAÇÃO (JRC)
DIREÇÃO-GERAL DA AÇÃO CLIMÁTICA (DG CLIMA)
DIREÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA (DG ENER)
DIREÇÃO-GERAL DA PESQUISA E INOVAÇÃO (DG RTD)
DIREÇÃO-GERAL DO AMBIENTE (DG ENV)
GOVERNOS E AGÊNCIAS DOS ESTADOS-MEMBROS

MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL

Os resultados nessa área estão relacionados à transferência de tecnologia necessária ao mapeamento da degradação em biomas tropicais a partir de dados de sensores remotos e a integração de dados de campo.

A Embrapa e o JRC desenvolveram ações conjuntas com o objetivo de desenvolver uma metodologia de mapeamento, monitoramento do desmatamento e degradação florestal por meio de informação geoespacial, sob a forma de "Unidades Amostrais de Paisagem" (UAPs) da Componente Geoespacial do Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN). Esta metodologia não só foi implementada com sucesso, como foi possível, numa segunda etapa, refiná-la e enriquecê-la com elementos de resposta a novos desafios relacionados com a estimativa de biomassa e carbono, com foco na estratégia de detecção de mudanças de longo prazo nas florestas brasileiras.

Paralelamente, o INPE colaborou com o JRC, com o objetivo de sedimentar um novo canal de discussões para conceituar e desenvolver, em conjunto, os métodos de avaliação da degradação florestal por sensoriamento remoto, tendo como base o Programa de Redução de Emissões Decorrentes do Desmatamento e da Degradação de Florestas (REDD), a Política Nacional sobre Mudança do Clima e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal Brasileira.

Estes desenvolvimentos culminaram na criação, na intranet do IBAMA, de uma plataforma de coleta e disponibilização de dados geoespaciais utilizando software livre de código aberto, de forma semelhante ao Sistema Compartilhado de Informações da Agência Ambiental Europeia, para auxílio no controle e combate ao desmatamento na Amazônia.

Também em decorrência dessa parceria, a equipe da Embrapa Florestas está sendo envolvida em grupos de trabalho relacionados ao tema na União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal (IUFRO).



MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE

Com um vastíssimo território contendo várias zonas climáticas e ecossistemas, o Brasil é o país do mundo com maior biodiversidade de fauna e flora, abrigando mais de 20% de todas as espécies conhecidas da Terra. Possui uma grande parte da maior floresta tropical húmida, a Floresta Amazônica (que cobre cerca de 48% do território brasileiro e é o principal "motor" do clima na América do Sul), bem como outros importantes biomas como o Pantanal (a maior planície inundável do mundo), o Cerrado (bosques e savanas), a Mata Atlântica (florestas tropicais pluviais) e a Caatinga (florestas semiáridas).

No início do Projeto foi organizada uma missão técnica de servidores do IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a países da UE para a coleta de informações sobre iniciativas europeias em monitoramento da biodiversidade, complementado por levantamento semelhante em nível nacional, e uma oficina de trabalho que contou com a participação de cerca de 70 especialistas e técnicos entre brasileiros e europeus.

Além de reforçar o diálogo bilateral em matéria de luta contra a perda da biodiversidade, as conclusões conjuntas constituíram uma referência importante para a definição da Estratégia Brasileira para o Monitoramento da Biodiversidade e para a formulação de ações concretas de preservação da diversidade biológica.

PESQUISA MARINHA

O Projeto promoveu apoio ao estabelecimento e operacionalização do Grupo de Trabalho em Pesquisa Marinha no âmbito do Acordo Bilateral UE-Brasil de Cooperação em Ciência e Tecnologia. Foram viabilizados vários momentos de intercâmbio entre 2014 e 2016 contribuindo para a implementação efetiva de atividades conjuntas.

Como resultado das discussões e dos entendimentos, durante o "Workshop Cooperação UE-Brasil em Pesquisa Marinha", em novembro de 2015, o Ministro brasileiro da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Comissário de Investigação, Ciência e Inovação da UE assinaram uma declaração conjunta de intenções para ampliar a cooperação bilateral em pesquisas oceanográficas focadas no Oceano Atlântico.

Com a assinatura do Acordo, o Brasil e a UE passaram a compartilhar informações sobre as atividades desenvolvidas e a discutir as prioridades para ações conjuntas, com base na identificação de desafios e metas comuns, movidas pelo objetivo de criar sinergias e evitar a duplicação de esforços.

Para direcionar os projetos a serem desenvolvidos, sete áreas foram listadas como prioritárias para a cooperação bilateral: observação oceânica transatlântica e sistemas de previsão; segurança alimentar; conservação e uso sustentável da biodiversidade do Atlântico; tecnologia oceânica; literacia dos oceanos; interações continente-oceano; e pesquisa polar.

PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

O IBICT e o JRC trouxeram para a pauta do Projeto a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV), metodologia desenvolvida para definir o perfil ambiental de um produto ou processo.

Numa primeira etapa, fortaleceu-se a cooperação bilateral ao aprofundar o conhecimento mútuo sobre o estado da arte da ACV, por meio do mapeamento de boas práticas em gestão e articulação estratégica dos diversos atores envolvidos em ACV na Europa e no Brasil. A análise sugeriu que para o Brasil se posicionar na vanguarda da temática de ACV em nível mundial era necessário fortalecer o Inventário de Ciclo de Vida (ICV) Brasileiro em duas frentes: a partir do ponto de vista tecnológico e do ponto de vista das políticas de gestão, manutenção e uso; que foram o foco de novas atividades.

O principal resultado gerado foi a adição do Brasil como um ator na Rede Internacional de Ciclo de Vida, além da formulação das políticas de gestão e consolidação do Banco Nacional de Inventários do Ciclo de Vida (ICV).

Instituições públicas e privadas serão direta e indiretamente beneficiadas, uma vez que terão acesso a um conjunto de ICV adaptados à realidade brasileira, podendo ser utilizados para incrementar seus negócios, diminuir custos, diminuir emissões danosas ao meio ambiente e identificar pontos de melhoria em seus processos produtivos. Beneficiam também indiretamente os consumidores, que terão maior transparência sobre o perfil ambiental dos produtos que consomem.

PATRIMÔNIO GENÉTICO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

No domínio da repartição de benefícios pelo uso do patrimônio genético, o projeto apoiou a realização de seis ações conjuntas do MMA, MCTIC e DG ENV inseridas no contexto da implementação do Protocolo de Nagoia, adotado em outubro de 2010 pela 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10).

Essas ações contribuíram para analisar e difundir as orientações e regras do Protocolo de Nagoia relativas ao acesso e uso do patrimônio genético e à repartição justa e equitativa dos benefícios dele decorrentes entre os diversos atores envolvidos, bem como para ajudar o Brasil e a UE a melhorar os dispositivos legais, regulatórios e institucionais necessários para assegurar o seu cumprimento.

Juntas, as atividades do projeto deram destaque, de maneira progressiva, aos pontos regulatórios comuns e às lacunas. Tanto a legislação Brasileira quanto o regulamento da UE tratam da repartição de benefícios advindos do acesso aos recursos genéticos, no entanto há diferenças de terminologia e escopo nos dois regulamentos, como diferenças na definição do termo "acesso". Como usuário de recursos genéticos, a UE regula como os europeus devem cumprir as regras do Protocolo, enquanto que, como provedor de recursos genéticos, o Brasil estabelece regras específicas sobre os procedimentos de acesso e da repartição de benefícios advindos do seu uso.

Tais questões precisam ser tratadas para que os sistemas de regulação funcionem juntos, provendo subsídios para o aperfeiçoamento e favorecimento de uma convergência regulatória internacional encorajadora e facilitadora dos intercâmbios científicos, tecnológicos, industriais e comerciais.

PREVENÇÃO E ALERTA DE DESASTRES NATURAIS

O Projeto contribuiu diretamente para a concessão e implementação dos sistemas brasileiros de monitoramento dos impactos da mudança climática e alerta precoce de fenômenos extremos, com foco nas cheias, inundações e enxurradas, que permitirão intervenções mais estruturadas e tempestivas.

Técnicos do Cemaden puderam trabalhar com vários institutos do JRC em Ispra/Itália, onde conheceram as suas atuais linhas de pesquisa sobre gestão adaptativa da água frente às mudanças climáticas e se familiarizaram com a arquitetura e operação dos sistemas globais de detecção e alerta de inundações utilizados na UE.

No âmbito da Parceria Cemaden-JRC foi também reforçada a capacidade de previsão de secas e de inundações em grande escala, por meio do desenvolvimento e aplicação de metodologias e ferramentas do JRC em estudos de caso em áreas selecionadas do território brasileiro.

Estes intercâmbios contribuíram para um trabalho conjunto de alinhamento de plataformas e ferramentas de tratamento de dados de previsão de enxurradas, e, na área da gestão de risco de secas, o Brasil passou a gerar contribuições para o Observatório Global (GDO) e para o Observatório da Seca e Degradação das Terras para a América Latina (SCADO) geridos pelo JRC.



IDENTIFICAÇÃO DE VULNERABILIDADES E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Parceria contribuiu para a estruturação do “Sistema de Monitoramento de Impactos das Mudanças Climáticas” brasileiro (SISMOI), para o empoderamento das equipes do MCTIC e INPE responsáveis pela ferramenta e para a construção do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas. Esse está atualmente em elaboração sob a responsabilidade do Grupo de Trabalho de Adaptação às Mudanças Climáticas, criado pelo MMA, em parceria com o MCTIC.

Mais recentemente foram mapeadas experiências europeias e concertados esforços institucionais com vistas à resolução técnica e política da problemática de compatibilização da altimetria continental e da batimetria marinha na zona costeira, uma das maiores debilidades para modelagem da vulnerabilidade relacionada às alterações climáticas identificadas pelo Painel Brasileiro das Mudanças Climáticas.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Por meio de um intenso intercâmbio e troca de experiências em matéria de energias renováveis e redes elétricas inteligentes, atividades lideradas pelo MCTIC (com a parceria da ANEEL, Eletrobras, ABDI e MRE) e JRC, aprofundou-se o debate sobre novas tecnologias capazes de fomentar a mudança necessária para matrizes energéticas menos intensivas em carbono. Foi possível, ainda, mapear pesquisadores, atores públicos e privados relevantes nessa matéria, brasileiros e europeus, e identificar e dinamizar consórcios e novas oportunidades concretas de cooperação entre eles.

Em particular os intercâmbios relacionados a Redes Elétricas Inteligentes (REI) revelaram-se de uma grande valia nas ações do Grupo de Trabalho de Governo em REI, tendo ampliado o leque de contatos da coordenação dos órgãos envolvidos e contribuído para propostas de modificação na regulação do setor elétrico.

No campo da pesquisa em fusão nuclear, o apoio do projeto viabilizou a reunião de instalação e dinamização de atividades prioritárias relacionadas ao Acordo Bilateral de Cooperação entre o Brasil e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom), que envolveu experimentos no maior reator de fusão nuclear atualmente em operação, o JET (Joint European Torus Project), e a geração de conhecimento para a implantação do Laboratório de Fusão Nuclear (LFN) da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).



PREVENÇÃO E RESPOSTA A ACIDENTES QUÍMICOS

No tema da segurança química, as ações apoiadas contribuíram significativamente para aprimorar a implementação dos principais planos e programas brasileiros para a prevenção de acidentes com substâncias químicas perigosas e a mitigação dos seus efeitos, tais como o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2), adotado em 2004 pelo Governo Federal, e o Plano Nacional e Contingência (PNC) de 2013, bem como para fortalecer o intercâmbio regular com as Instituições da Comissão Europeia e dos Estados-Membros, em domínios técnicos específicos, como o monitoramento remoto de alterações da cobertura vegetal e derrames de óleo, a preparação de Planos de Contingência e a segurança de explorações offshore de petróleo e gás ao longo da costa

Na sequência de missões de técnicos do IBAMA à Agência Espacial Europeia (ESA) foi estabelecido um acordo de cooperação entre os dois institutos para o desenvolvimento do uso de sensoriamento remoto na detecção de mudanças da exploração da terra e derramamento de óleo.

O Ibama passou assim a monitorar, de forma sistemática, o desmatamento no Cerrado na Amazônia utilizando imagens do Sentinel 8, satélite europeu agora direcionado para o Brasil, cobrindo o polígono de pré-sal e as Bacias de Campos, Santos e Espírito Santo (região que responde por mais de 95% da produção e exploração de petróleo no Brasil), o que já permite um monitoramento preventivo e emergencial na região.



RESULTADOS | EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS

QUESTÕES ECONÔMICAS



DIÁLOGOS SETORIAIS

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
COOPERAÇÃO ESPACIAL CIVIL
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
POLÍTICA CIBERNÉTICA
PROPRIEDADE INTELECTUAL
QUESTÕES DE CONCORRÊNCIA
QUESTÕES INDUSTRIAIS E REGULATÓRIAS
QUESTÕES SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS
SERVIÇOS FINANCEIROS
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
TRANSPORTE AÉREO
TRANSPORTE TERRESTRE

PARCEIROS INSTITUCIONAIS | BRASIL

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC)
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE TERRESTRE (ANTT)
BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE)
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT)
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC)
MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF)
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI)
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC)
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (MPDG)
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEMPE)

PARCEIROS INSTITUCIONAIS | UE

CENTRO COMUM DE INVESTIGAÇÃO (JRC)
DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (DG AGRI)
DIREÇÃO-GERAL DO COMÉRCIO (DG TRADE)
DIREÇÃO-GERAL DA CONCORRÊNCIA (DG COMP)
DIREÇÃO-GERAL DA ESTABILIDADE FINANCEIRA, DOS SERVIÇOS FINANCEIROS E DA UNIÃO DOS MERCADOS DE CAPITAIS (DG FISMA)
DIREÇÃO-GERAL DO MERCADO INTERNO, INDÚSTRIA, EMPREENDEDORISMO E PME (DG GROWTH)
DIREÇÃO-GERAL DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES (DG MOVE)
DIREÇÃO-GERAL DA PESQUISA E INOVAÇÃO (DG RTD)
DIREÇÃO-GERAL PARA REDES DE COMUNICAÇÃO, CONTEÚDOS E TECNOLOGIAS (DG CONNECT)
DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE E DOS CONSUMIDORES (DG SANCO)
INSTITUTO DE HARMONIZAÇÃO NO MERCADO INTERNO (OHIM)
GOVERNOS E AGÊNCIAS DOS ESTADOS-MEMBROS

As questões econômicas, em especial na esfera comercial, sempre tiveram um papel de destaque na relação bilateral UE-Brasil.

Quando a Parceria Estratégica foi estabelecida em 2007, o intercâmbio e a cooperação sobre matérias de natureza econômica entre instituições públicas e agentes privados de ambas as partes já estavam bastante desenvolvidos e diversificados. Refletindo essa situação, o PAC I propunha um amplo leque de temas a serem abordados no âmbito do diálogo entre as partes. Isso foi e confirmado pelo PAC II, que incluía as dimensões multilateral (OMC – Organização Mundial do Comércio, Agenda de Doha, reforma do sistema financeiro internacional) e regional (Acordo de Associação UE-Mercosul).

Na esfera bilateral, dava-se destaque ao reforço dos diálogos e intercâmbios em áreas transversais como a concorrência, a propriedade intelectual, o investimento (reforço do diálogo entre agentes econômicos, em especial as Pequenas e Médias Empresas, e destes com os governos) e o financiamento (reforço da coordenação macroeconômica e da colaboração no âmbito do sistema bancário), bem como em áreas setoriais consideradas prioritárias (como o transporte e a sociedade do conhecimento/tecnologias da informação e comunicação).



CONCORRÊNCIA

Numa primeira etapa, enquadrada no processo, então em curso, de reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – que culminou com a publicação da nova Lei de Defesa da Concorrência que entrou em vigor em maio de 2012 – o Projeto colaborou na elaboração de arranjos para a implementar a nova lei, bem como da correspondente reestruturação do CADE, que absorveu as competências de instrução dos processos administrativos de infrações à ordem econômica e de análise de operações de concentração de empresas.

Numa segunda etapa, foram organizados eventos periódicos, promovidos pelo CADE, convidando representantes da Direção-Geral da Concorrência (DG COMP) e das Agências de Defesa da Concorrência de Estados-Membros da UE, procurando aumentar o conhecimento recíproco sobre os respetivos sistemas de defesa comercial e concorrencial e o debate de temas específicos de interesse comum.

Esses intercâmbios têm concorrido significativamente para reforçar os laços e a cooperação entre as entidades, particularmente na análise de situações potencialmente lesivas da concorrência envolvendo agentes econômicos de ambas as partes.

O esforço conjunto de definição de padrões de boas práticas internacionais contribuiu, ainda, para a aproximação de posições no âmbito das intervenções em fóruns multilaterais e regionais relevantes.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

O PAC I continha uma seção específica sobre os Direitos de Propriedade Intelectual onde as partes se comprometiam a trabalhar conjuntamente para assegurar a sua observância enquanto instrumento para a proteção da criatividade e da inovação e combater a pirataria e a falsificação nos seus territórios. Essa orientação foi confirmada no PAC II.

A troca de experiências entre os escritórios de propriedade intelectual brasileiro e europeus contribuíram para estreitar o relacionamento institucional e os respetivos canais de comunicação e para uma maior cooperação técnica e harmonização de procedimentos, provendo subsídios para o processo de planejamento e gestão estratégica do IINPI (Plano Estratégico INPI 2020).

Em particular, como resultado de uma ação que visava estudar a viabilidade de integração do IINPI em projetos de cooperação técnica internacional e em plataformas eletrônicas de marcas e desenhos industriais administradas pelo escritório europeu (EUIPO), os contatos estabelecidos resultaram na sua efetiva adesão ao Tmview, ferramenta online de buscas de marcas, e ao Tmclass, base de dados comum sobre classificação de bens e serviços.

Em termos de promoção comercial, essas integrações são da maior relevância, pois seus usuários, tanto brasileiros quanto europeus, podem agora fazer as suas buscas em uma plataforma única, com resultados atualizados.

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

No quadro do Diálogo Setorial sobre Pequenas e Médias Empresas (PMEs), dá-se destaque para a coordenação do Ministério do Planejamento, SEMPE e MDIC, em parceria com a DG Growth, os quais, no quadro da última convocatória, apresentaram um conjunto de propostas de ação em questões complementares, que buscavam tornar o ambiente de negócios internacional mais propício às PMEs, atuando de forma concertada em áreas correlacionadas: compras públicas, classificação e catalogação de produtos, simplificação administrativa e comércio eletrônico.

Apesar da execução recente, que não permite ainda observar os desdobramentos, no curto-prazo essas ações trouxeram um conhecimento ampliado sobre os fatores de estímulo à participação de PMEs em licitações internacionais de compras públicas; permitiram a identificação de processos logísticos de exportação mais acessíveis às PMEs que poderão ser implantados a partir de alterações na legislação; geraram subsídios à revisão e melhor interoperabilidade de Sistemas de Classificação e Catalogação de Produtos; e apresentaram recomendações objetivas para a ação do Governo em temas que procuram favorecer o comércio eletrônico, ambiente no qual as PMEs têm oportunidade de aumentar a sua capacidade de internacionalização e competitividade a um custo reduzido.



TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é vital para a competitividade dos dois blocos numa economia global cada vez mais digital.

No biênio 2015-2016 foi executada uma ação no tema "Agenda Digital", que permitiu realizar um estudo e compartilhar experiências e melhores práticas na formulação de políticas públicas, especialmente nas áreas de empreendedorismo tecnológico (startups), governança da internet, computação em nuvem, microeletrônica, Big Data e Internet das Coisas (IoT), voltadas para a criação de um mercado único digital, com base em Internet rápida e em aplicações interoperáveis.

O estudo trouxe subsídios para a atualização das políticas nacionais de TIC e Agenda Digital e serviu de base para uma consulta pública, em meio às comunidades científicas pertinentes, com relação aos tópicos a serem incluídos na chamada conjunta em TIC. Do intercâmbio entre os técnicos brasileiros e europeus resultou, ainda, a elaboração de uma minuta de Memorando de Entendimento entre o MCTIC e o IMEC (Bélgica) e o Fraunhofer (Alemanha), Institutos de referência em TIC na Europa.

Em 2016, realizou-se, ainda um conjunto de quatro ações nos temas afins: tecnologia 5G, IoT, Serviços Over-The-Top (OTT) e segurança cibernética, que culminaram na "ICT Week", evento pioneiro com um dia dedicado a cada tema, que impulsionou a discussão e a criação de sinergias entre governo, mercado e academia das duas regiões.

Como resultado, destacou-se a confirmação da continuidade das atividades conjuntas com o fomento à pesquisa por meio da 4ª Chamada Coordenada em TICs, no valor de 8 milhões de euros, em projetos nas áreas de computação em nuvem, IoT e 5G.

Na área de IoT também foi preparada uma minuta de Memorando de Entendimento entre a Câmara IoT brasileira e a Alliance for Internet of Things Innovation (AIOTI) com as premissas de potencial acordo para ações de pesquisa e trabalhos conjuntos.

A discussão sobre segurança cibernética, por sua vez, permitiu reunir os atores-chave para um debate sobre o caminho conjunto e alinhar posicionamentos, melhorar a qualificação dos profissionais públicos e privados em políticas de segurança cibernética e intensificar os programas conjuntos que podem vir a originar soluções inovadoras no domínio do ciberespaço.



SISTEMA FINANCEIRO

O BCB, por o intermédio do Projeto, buscou aprofundar o seu relacionamento com instituições europeias, como suporte na identificação de benchmarking sobre os processos empregados pelo Banco no gerenciamento de crises bancárias, notadamente nos processos relacionados à resolução bancária.

O intercâmbio forneceu subsídios para a atualização do arcabouço legal brasileiro, que se materializou na publicação da Resolução nº 4.502, de 2016, demandando a elaboração de planos de recuperação às Instituições financeiras, a serem chancelados pelo BCB, procurando, assim, minimizar o número de casos de resolução bancária e, ao mesmo tempo, reduzir a utilização de recursos dos contribuintes e mitigar o risco moral.

O seminário organizado no quadro das atividades do Projeto foi um marco importante para a construção dos normativos dos planos de recuperação, uma vez que permitiu o debate entre os bancos brasileiros sujeitos a essa nova regulamentação e autoridades europeias que já implantaram esse processo e puderam contribuir com a sua experiência.



TRANSPORTES

Com base no Memorando de Entendimento no Setor Ferroviário assinado em 2014 entre Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Ferroviária Europeia (ERA), foram viabilizadas missões técnicas de servidores da ANTT às principais instituições de transporte ferroviário da UE, bem como de especialistas europeus à sede da ANTT. Na sequência das missões à UE foram realizados eventos para compartilhar os conhecimentos e discussão dos temas, convidando um público altamente qualificado, tanto do setor público como privado, o que contribuiu para a otimização do alcance das missões.

A troca de experiências quanto ao arcabouço regulatório europeu do transporte ferroviário de cargas e passageiros contribuiu para a formulação da política regulatória do setor no Brasil, em particular no tema de interoperabilidade da malha, que se tornou uma prioridade da política regulatória.

Foi também elaborada pela ANTT uma primeira etapa normativa do plano para o desenvolvimento de corredores logísticos multimodais, em fase de maturação.



NANOTECNOLOGIA

O principal resultado na área da nanotecnologia foi a entrada do Brasil no Projeto NANoREG, iniciativa coordenada pela Comissão Europeia que envolve cerca de 40 países e que visa dar respaldo científico às propostas de regulamentação no setor.

A padronização dos métodos de certificação e da regulamentação da nanotecnologia, em consonância ao que vem sendo desenvolvido com outros países, é essencial para promover a cooperação internacional e para facilitar a importação e exportação de produtos baseados em nanotecnologia, num setor que se espera ser futuramente um motor importante de inovação e crescimento industrial.

A adesão do Brasil ao Projeto NANoREG decorreu de uma maior aproximação entre o governo brasileiro, representado pelo MCTIC, e o JRC. Essa aproximação ocasionou também o lançamento de uma Chamada-Geral, no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras, de bolsas do JRC voltadas para pesquisa em diversas áreas, entre elas a nanotecnologia.

AGRICULTURA

Existe uma forte demanda da comunidade nacional e internacional quanto à qualidade da estatística agrícola. A Conab, como instituição responsável pelas informações agrícolas no Brasil, tem trabalhado em novas ferramentas tecnológicas para a apuração e divulgação de informações a respeito das estimativas de safras brasileiras.

Por meio do apoio concedido pelo Projeto, foi consolidado um plano de ação e um cronograma de quatro anos (2015-2018) que norteia as atividades entre a Conab e o JRC no quadro do Acordo de Cooperação para a implementação de um sistema por sensoriamento remoto de monitoramento e previsão da produção agrícola adaptado para o Brasil.

A aproximação entre as equipes brasileira e europeia viabilizou o intercâmbio de dados e informações sobre o uso da geotecnologia no monitoramento da produção agrícola. Foi aprovada, ainda, a publicação, nos boletins da JRC, das previsões de produtividade das principais culturas agrícolas do Brasil.



RESULTADOS | EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS

GOVERNANÇA PÚBLICA

DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS

DIÁLOGOS SETORIAIS

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EMPREGO
DIREITOS HUMANOS
EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES
ESTATÍSTICA
GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO
MATÉRIA DE DROGAS
POLÍTICAS CULTURAIS
QUESTÕES INDUSTRIAIS E REGULATÓRIAS
SERVIÇOS FINANCEIROS
SOCIEDADE CIVIL

PARCEIROS INSTITUCIONAIS | BRASIL

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)
CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES)
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO)
CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (CONRAD)
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM)
MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC)
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)
MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF)
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC)
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA (MJC)
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (MPDG)
MINISTÉRIO DO TRABALHO (MTE)
MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (MTFC)
SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS (SEDH)
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SG-PR)
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

PARCEIROS INSTITUCIONAIS | UE

COMITÊ ECONÔMICO E SOCIAL EUROPEU (CESE)
DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA (DG EAC)
DIREÇÃO-GERAL DO EMPREGO, DOS ASSUNTOS SOCIAIS E DA INCLUSÃO (DG EMPL)
DIREÇÃO-GERAL DO DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO (DEVCO)
DIREÇÃO-GERAL DA MIGRAÇÃO E DOS ASSUNTOS INTERNOS (DG HOME)
DIREÇÃO-GERAL DO MERCADO INTERNO, INDÚSTRIA, EMPREENDEDORISMO E PME (DG GROWTH)
DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO (DG BUDG)
DIREÇÃO-GERAL PARA REDES DE COMUNICAÇÃO, CONTEÚDOS E TECNOLOGIAS (DG CONNECT)
DIREÇÃO-GERAL DOS RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA (DG HR)
GABINETE OFICIAL DE ESTATÍSTICA DA UNIÃO EUROPEIA (EUROSTAT)
SECRETARIADO-GERAL DA COMISSÃO EUROPEIA (SG-CE)
SERVIÇO EUROPEU PARA A AÇÃO EXTERNA (SEAE)
GOVERNOS E AGÊNCIAS DOS ESTADOS-MEMBROS

O presente capítulo trata de um conjunto heterogêneo de temas nos setores da reforma e modernização da Administração Pública, da proteção e defesa dos Direitos Humanos e do acesso a Serviços Sociais.

As questões dessa natureza entraram, de forma estruturada, na relação bilateral UE-Brasil, por meio do 2º Acordo-Quadro de Cooperação (assinado pelas Partes em 1992 e ratificado em 1995), já que os acordos anteriores tinham um caráter quase exclusivamente econômico e comercial. Logo no seu preâmbulo, o acordo reiterava a importância conferida pelas Partes “aos princípios da Carta das Nações Unidas, aos valores democráticos e ao respeito dos direitos do Homem” e reconhecia “a necessidade de promover os direitos sociais, em especial os setores mais desfavorecidos”, para depois especificar um conjunto de aspectos desejáveis de cooperação que estavam ausentes nos acordos anteriores: saúde pública, desenvolvimento social, luta contra a criminalidade organizada e o tráfico de drogas, integração e cooperação regional, administração pública, formação de recursos humanos, informação e cultura, entre outros.

Da mesma forma, após o estabelecimento da Parceria Estratégica, o PAC I e II recomendaram especificamente o reforço do diálogo bilateral nestes temas: promoção dos direitos humanos, democracia e estado de direito, emprego e segurança social, reforço institucional e modernização do estado, combate ao crime organizado, à corrupção e ao tráfico de drogas, migrações, educação e cultura e participação da sociedade civil.



REVISÃO DE ESTOQUE REGULATÓRIO E CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL

Duas ações incidiram sobre o tema da desburocratização e convergência regulatória internacional promovidas, respectivamente, pela ANVISA em parceria com o Secretariado Geral da CE e pelo Inmetro em parceria com a DG Growth.

As atividades permitiram, respectivamente, estimular os ministérios e agências que produzem regulação no Brasil a participar de uma estratégia de revisão e consolidação de normas, com base na simplificação de processos e redução dos encargos regulatórios, de modo a contribuir para normas mais concisas, transparentes e de fácil consulta e cumprimento; e identificar setores industriais com potencial para iniciar as discussões sobre convergência regulatória entre instituições do Brasil e da UE nas áreas de metrologia, avaliação da conformidade e acreditação e superação de barreiras técnicas ao comércio.

GESTÃO E CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA

Uma gestão das finanças públicas rigorosa, responsável, transparente e eficaz é um dos pilares principais da boa governança pública.

Nessa temática, destaca-se a realização em 2014 de um Seminário Internacional de Auditoria e Controle Interno, que reuniu em Brasília especialistas em auditoria e controle interno da UE, dos Estados-Membros e de órgãos brasileiros de controle e auditoria governamental (em nível federal, estadual e municipal), seguido de missão de servidores da Secretaria Federal de Controle Interno da CGU a órgãos de auditoria e controle interno de Estados-Membros da UE e à unidade da Direção-Geral do Orçamento (DGBUDG) responsável pela coordenação da Rede de Controle Interno Público da UE.

Esses contatos abriram caminho a uma representação institucional do Brasil, por meio da CGU (atual MTFC), na Conferência de Controle Interno Público, promovida pela UE, com a participação de representantes dos 28 Estados-Membros e quatro países candidatos, contribuindo para o enriquecimento das discussões e deliberações nacionais relacionadas à reforma e fortalecimento do sistema de controle financeiro interno e um maior entendimento sobre as estruturas e funcionamento dos órgãos competentes.



PLATAFORMAS DE INOVAÇÃO

Nesta área buscou-se dinamizar uma cultura de Inovação no Governo e fomentou-se o engajamento de servidores públicos e da sociedade, em parceria com organizações internacionais, em discussões sobre formas de otimizar o atendimento aos cidadãos. Foi apoiada a geração de condições propícias para desenvolver essa cultura, em particular com a criação e lançamento em agosto de 2016 do Laboratório de Inovação em Governo (G. NOVA), concebido a partir da metodologia do MindLab dinamarquês, e a formação e consolidação da Rede de Inovação no Setor Público (InovaGov), plataforma de estímulo à articulação e integração dos arranjos para inovação no setor público.



ESTATÍSTICA

O diálogo setorial em Estatística, formalizado por meio de Memorando de Entendimento assinado em 2010 entre o IBGE e a EUROSTAT, tem por objetivo facilitar o compartilhamento de referenciais metodológicos e intercambiar novos desenvolvimentos e práticas em domínios estatísticos de interesse mútuo, e teve sua primeira ação apoiada pelo Projeto em 2016.

Com base nos subsídios de assistência técnica especializada e de visitas de técnicos do IBGE a Institutos de Pesquisa Nacionais de Estatística de Estados-Membros da UE, o IBGE iniciou um projeto piloto na área econômica para adequação de sua estrutura organizacional aos novos processos de pesquisas e aperfeiçoamento do monitoramento da qualidade de seus produtos.

A ação foi uma importante iniciativa em direção à modernização da produção estatística e, principalmente, ao estreitamento de vínculos entre os representantes das instituições nacionais e internacionais, com vistas à harmonização de metodologias estatísticas, propiciando a melhoria na comparação de dados internacionais.

SOCIEDADE CIVIL E DIREITOS HUMANOS

Numa iniciativa conjunta da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), no escopo do Diálogo Setorial em Direitos Humanos, o Projeto tem promovido regularmente a realização de Seminários UE-Brasil da Sociedade Civil sobre Direitos Humanos (2010, 2012 e 2014).

Esses seminários têm funcionado como motores de uma discussão construtiva sobre a questão dos direitos humanos entre organizações brasileiras e europeias, contribuindo para definir a agenda do Diálogo Setorial, acompanhar a sua evolução e emitir recomendações sobre os temas abordados.

MINORIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS

Várias ações contribuíram de forma relevante para o avanço do diálogo bilateral e visibilidade política em matéria de apoio aos direitos de vários grupos vulneráveis – crianças, migrantes e refugiados, LGBT, vítimas e testemunhas ameaçadas, pessoas em situação de rua, usuários de drogas, presidiários, etc. – bem como para a troca de experiências nessa área.



DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) do Brasil é uma iniciativa que tem suscitado um forte interesse da comunidade internacional, especificamente a UE. O objetivo do Programa é dar proteção e assistência à pessoa física ou jurídica, grupo, instituição, organização ou movimento social que promova, proteja e defenda os direitos humanos e que, em função da sua atuação, se encontre em situação de risco e/ou vulnerabilidade.

Com destaque nesta pauta, entre setembro de 2013 e novembro de 2016, foram realizados oito encontros estaduais relacionados ao PPDDH, visando estimular o diálogo sobre a promoção e defesa dos direitos dos Defensores ameaçados nesses Estados, promovendo a sua visibilidade, fortalecendo a sua atuação e proporcionando maior incidência na solução dos conflitos e nas causas que geraram ameaças e demais violações de Direitos Humanos. Essa visibilidade foi concedida por meio de reuniões de articulação com autoridades estaduais e federais e sociedade civil organizada, incluindo representantes de comunidades tradicionais e os próprios defensores, e representantes da DELBRA e de embaixadas no Brasil dos Estados-Membros.

As demais atividades compreenderam a elaboração do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, de forma a consolidar o PPDDH como política de Estado; o lançamento do livro "Dez faces da luta pelos Direitos Humanos no Brasil", produzido e editado com o apoio da UE, das Embaixadas do Reino Unido, dos Países Baixos e do Sistema das Nações Unidas no Brasil, contando a história de dez Defensores, promovendo também uma maior visibilidade para as causas e a atuação do PPDDH; a realização de um Painel de debate sobre as potencialidades do uso das redes sociais para difundir as ações e militância dos Defensores e os potenciais riscos de segurança que podem enfrentar devido a essa exposição; e foi ainda aprimorado o Sistema de Informações sobre os Defensores de Direitos Humanos Ameaçados (IDEHA), destinado à gestão da informação sobre os Defensores ameaçados.

Essas ações contribuíram para o aperfeiçoamento do PPDDH, especificamente por meio da atualização de seu Manual de Procedimentos, do aprimoramento do IDEHA, da capacitação das equipes técnicas envolvidas e da disseminação do Programa junto aos órgãos da administração pública, das organizações da sociedade civil, dos próprios defensores e do público em geral.



DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EMPREGO

Por intermédio do apoio do Projeto, em 2010, foram elaborados os textos do Memorando de Entendimento e do plano de ação para o desenvolvimento do Diálogo Setorial sobre Desenvolvimento Social e Emprego, tendo como referência principal a implementação da Agenda de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Para tanto, foi organizada uma missão técnica de servidores do Ministério do Trabalho Brasileiro a Bruxelas, tendo como objetivos principais conhecer as áreas de atuação da Direcção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão (DG EMPL), identificar temas de interesse comum e definir metas, e, num segundo momento, foi organizado um evento no Brasil com participação de representantes da DG EMPL, para conclusão dos textos e debate sobre soluções efetivas para ambas as partes no âmbito das condições de trabalho, do emprego e da proteção social.

As ações seguintes enquadradas nesse diálogo geraram importantes subsídios para a harmonização das políticas e legislações brasileiras quanto à legislação internacional e para o reforço da cooperação de técnicos brasileiros e europeus em matéria de saúde e segurança no trabalho, nos seguintes temas: gestão de riscos no uso de máquinas e equipamentos; revisão de normas para a construção civil; revisão de segurança no trabalho em altura; e, de forma mais abrangente, normatização em segurança e saúde no trabalho.

PROTEÇÃO SOCIAL

Destaca-se nesse tema, uma iniciativa sobre o aperfeiçoamento do instrumento de avaliação da deficiência aplicado no Brasil para a concessão de benefícios previdenciários, a partir de um estudo comparativo com a experiência alemã e tendo como base a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa iniciativa, não só trouxe subsídios à revisão do instrumento utilizado no Brasil, como suscitou a participação de representantes do Governo Brasileiro em reunião organizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) na Suíça, em abril de 2016, com objetivo de discutir conjuntamente estratégias de revisão dos processos de avaliação da deficiência.

Ainda na temática da previdência social, cabe mencionar um resultado particular. Na primeira participação do Ministério da Previdência Social (atual Ministério das Fazenda) no Projeto, com uma ação no tema de seguros de acidentes de trabalho, além de alcançados os objetivos específicos da ação, essa parceria resultou em uma oportunidade para o Ministério prospectar novos parceiros internacionais e outras formas de cooperação, tendo essa ação, a título de exemplo, sido aprofundada por meio do programa de Cooperação Regional da UE EUROsociAL.



EDUCAÇÃO

O Projeto apoiou a organização do “Fórum UE-Brasil sobre Internacionalização da Educação Superior”, realizado em Bruxelas, em 27 de fevereiro de 2014, por ocasião da 7ª Cúpula Brasil-UE, que reuniu dezenas de participantes brasileiros e europeus, entre reitores de universidades, assessores internacionais e representantes do Governo brasileiro e da Comissão Europeia, promovendo o debate de alto nível sobre o tema da internacionalização da educação superior. O evento abriu um espaço de diálogo privilegiado sobre os temas da internacionalização, inovação e empreendedorismo no ensino superior.

Outras ações subsequentes deram continuidade a essa reflexão, em particular sobre o papel das políticas linguísticas e do multilinguismo no processo de internacionalização das universidades, bem como sobre a necessidade de reformulação da grade curricular dos cursos de Engenharia de modo a ajustar de competências às demandas da indústria.

CULTURA

Além do reforço dos diálogos bilaterais em assuntos culturais e de uma maior difusão da cultura brasileira na UE, as ações na área da cultura contribuíram para a formulação da Política Nacional de Educação, Comunicação e Cultura do Brasil e para a implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), por intermédio da abordagem de temas como a economia criativa, a proteção e promoção do patrimônio museológico, a digitalização e difusão de acervos públicos e a proteção dos conhecimentos tradicionais.

No tema da digitalização de acervos objetivou-se a troca de experiências, especialmente nos modelos de metadados para bibliotecas, arquivos e museus, e nos arranjos de interoperabilidade. Novas parcerias internacionais foram pactuadas e os contatos e conhecimentos alcançados por meio do projeto foram fundamentais para apoiar a elaboração de uma Política Nacional de Digitalização de Acervos de Cultura, bem como de sistemas alinhados a tecnologias e tendências mundiais, que inseriram o Brasil como protagonista importante na construção desses elementos.

2017-2019 E ALÉM

O Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil tem sido um instrumento privilegiado de cooperação e política externa utilizado pela UE que reforça os princípios de reciprocidade, complementaridade e interesse mútuo.

Praticamente todos entrevistados afirmaram que a Iniciativa foi fundamental para identificar e estabelecer contatos com os parceiros mais adequados, bem como para ultrapassar limitações decorrentes da rigidez dos processos e orçamentos próprios dos parceiros.

Também na XVI reunião da Comissão Mista UE-Brasil, que ocorreu em abril de 2015, as Partes saudaram o avanço na implementação do PAC II e concordaram com a necessidade de continuar a elevar os diálogos técnicos e políticos.

A Iniciativa entra, assim, numa nova fase suficientemente madura para que sejam definidas linhas de ação mais estratégicas de acordo com as principais prioridades da UE e do Brasil, com suporte do **Instrumento de Parceria** – novo instrumento financeiro de política externa da UE, inovador e flexível em termos de cobertura geográfica e setorial, que permite desenvolver estratégias sob medida para alcançar o máximo potencial de cada parceria, especialmente com países que desempenham um papel cada vez mais importante nas questões mundiais, como o Brasil, e que pelo seu desempenho social e econômico já não se enquadram no grupo de beneficiários tradicionais da cooperação para o desenvolvimento.

A IV Fase do Projeto, já formalizada, abrangerá o período de 2017 a 2019.

Abertos os canais de comunicação e consolidados os mecanismos de execução que foram sendo aprimorados para dar respostas efetivas, eficientes e eficazes às demandas dos Parceiros Institucionais, cabe nessa fase consolidar os resultados já alcançados e **reafirmar e elevar o Projeto como um mecanismo essencial para promover e apoiar o trabalho conjunto na busca de soluções para enfrentar os grandes desafios do futuro**, seja no âmbito específico da sua relação bilateral, seja, principalmente, no quadro mais amplo das relações multilaterais e regionais em que ambos são parceiros ativos e empenhados.

“O Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil foi um sucesso. Através dele, especialistas europeus e brasileiros aprofundaram o seu conhecimento mútuo e aprenderam, uns com os outros, sobre as melhores práticas em cada lado do Atlântico. A Parceria entre a União Europeia e o Brasil já conta com décadas de experiência, e foi com base nesse nosso conhecimento que se desenvolveu esta ferramenta, permitindo a troca efetiva de informações, experiências e melhores práticas. Entre 2008 e 2016, foram apoiadas 228 ações de diálogo, envolvendo 68 Parceiros Institucionais (41 brasileiros e 27 europeus), no âmbito de 30 diálogos setoriais diferentes, exemplo do excelente nível das relações entre a União Europeia e o Brasil”.

EMBAIXADOR DA UNIÃO EUROPEIA, JOÃO GOMES CRAVINHO

“O Projeto demonstrou na prática ao longo desses oito anos de existência o efetivo significado de uma parceria. Foi um período de intensa troca de conhecimentos e experiências que permitiu a ambas partes se conhecer melhor e contribuir com sua expertise. Que venham mais oito anos de intensa colaboração e crescimento conjunto!”

DIRETOR NACIONAL DO PROJETO, MARCELO MENDES BARBOSA



União Europeia



DIÁLOGOS SETORIAIS UNIÃO EUROPEIA BRASIL

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

